

A formação docente na área de relações públicas: tendências e perspectivas na era da comunicação digital

Teaching training in the public relations area: trends and perspectives in the age of digital communication

Formación docente en el área de relaciones públicas: tendencias y perspectivas en la era de la comunicación digital



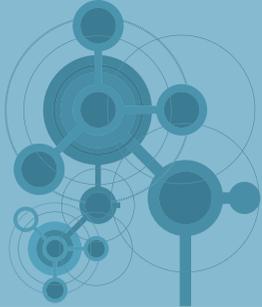
Regina Celia Baptista Belluzzo

- Pós-doutora em Gestão Escolar pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Araraquara)
- Mestre e doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)
- Docente permanente dos programas de pós-graduação em Mídia e Tecnologia na Unesp – Bauru e em Ciência da Informação na Unesp – Marília
- E-mail: rbelluzzo@g.mail.com



Sonia Aparecida Cabestré

- Mestrado e doutorado em Ensino na Educação Brasileira pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Marília)
- Trabalhou como docente nos Cursos de Relações Públicas da Unesp – Bauru e da Universidade do Sagrado Coração (USC)
- Membro titular do grupo de pesquisa Comunicação, mídia e sociedade, do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da USC
- Email: scabestre@uol.com.br



Resumo

Este artigo é uma produção que tem como objetivo destacar e evidenciar os principais fundamentos que têm íntima relação com a formação docente na área de relações públicas. Com essa preocupação apresentam-se aspectos, fatos e reflexões relacionados à trajetória, formação e prática pedagógica do profissional e, ao mesmo tempo, discutem-se as possibilidades de o docente de relações públicas aplicar os princípios da competência em informação no cotidiano da era digital. Com as reflexões apresentadas acredita-se que o desafio de envolver novas competências na formação docente em relações públicas, certamente, trará contribuições benéficas, otimizando os diferentes processos que fazem parte dos cursos de relações públicas.

PALAVRAS-CHAVE: RELAÇÕES PÚBLICAS • FORMAÇÃO DOCENTE • COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO • ERA DIGITAL.

Abstract

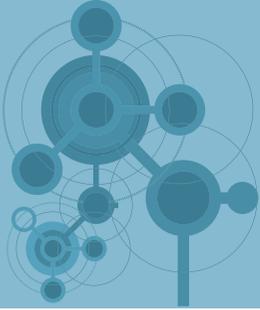
This article is a production whose objective is to highlight and show the main fundamentals that are closely related to teacher training in the area of public relations. With this concern, aspects, facts and reflections related to the professional's trajectory, formation and pedagogical practice are presented and, at the same time, the possibilities of the public relations teacher to apply the principles of information literacy in the daily life of the digital age are discussed. With the reflections presented, it is believed that the challenge of involving new competences in teacher training in public relations will certainly bring beneficial contributions by optimizing the different processes that are part of public relations courses.

KEYWORDS: PUBLIC RELATIONS • TEACHER TRAINING • INFORMATION LITERACY • DIGITAL AGE.

Resumen

Este texto es una producción cuyo objetivo es resaltar y mostrar los fundamentos principales que están estrechamente relacionados con la formación docente en el área de las relaciones públicas. Con esta preocupación, se presentan aspectos, hechos y reflexiones relacionadas con la trayectoria profesional, la formación y la práctica pedagógica y, al mismo tiempo, se discuten las posibilidades de el profesor de relaciones públicas aplicar los principios de alfabetización en información en la vida cotidiana de la era digital. Con las reflexiones presentadas, se cree que el desafío de involucrar nuevas competencias en la formación de docentes en relaciones públicas sin duda traerá contribuciones beneficiosas al optimizar los diferentes procesos que forman parte de los cursos de relaciones públicas.

PALABRAS-CLAVE: RELACIONES PÚBLICAS • FORMACIÓN DEL PROFESORADO • ALFABETIZACIÓN INFORMACIONAL • ERA DIGITAL.



Apresentamos inicialmente a trajetória e a importância do campo de conhecimento denominado relações públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem a formação profissional e as escolhas no mercado de trabalho. Vários fatores têm contribuído para a consolidação dessa área, bem como para o enfrentamento de inúmeros desafios.

Em 11 de dezembro de 1967 a profissão de relações públicas é reconhecida pela Lei nº 5377, após esforços e obstinação de alguns profissionais que conseguiram institucionalizar a carreira e fazer com que ela alcançasse, para o seu exercício, a formação de nível superior.

Destaca-se que, para enunciar os aspectos históricos que acompanharam o desenvolvimento da profissão de relações públicas, julgou-se conveniente fazer referência à periodização dos fatos, nos âmbitos mundial e nacional, que marcaram a trajetória dessa área.

O primeiro momento (1882-1948) das relações públicas chamamos de “emergência da profissão”, pois os fatos registrados naquele período assim o justificam; o segundo momento (1949-1968), de “consolidação”, porque os acontecimentos históricos e evolutivos tanto em nível mundial como no Brasil assim o requerem; o terceiro momento (1969-1980), de “aperfeiçoamento”, pois especificamente, no Brasil, apesar dos fatos adversos da sociedade, é o período em que a profissão é regulamentada, bem como é nessa época que proliferam os cursos de graduação na área e surge, em 1972, o programa de mestrado em ciências da comunicação da ECA-USP, primeiro da área de comunicação do Brasil. Esse programa de mestrado criou as condições para que os profissionais graduados em relações públicas interessados pudessem aprofundar seus estudos ampliando a pesquisa direcionada à área. O quarto momento (de 1981 até os dias atuais) chamamos de “fundamentação teórico-científica”, pois é o período em que se intensifica a discussão e produção científica na área, a despeito dos acontecimentos que têm colocado o país em situação de completa desigualdade com os países do primeiro mundo.

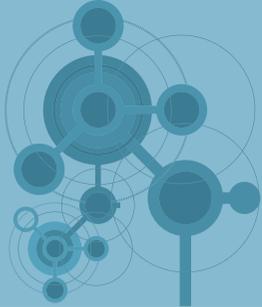
Hoje, mais do que nunca, com os problemas e as turbulências que o país atravessa e as inquietações geradas na sociedade e que permeiam o dia a dia do cidadão brasileiro, as relações públicas são necessárias porque podem utilizar instrumental adequado às necessidades imediatas e mediatas das organizações que representam os diversos segmentos da sociedade, considerando-se que o que se constata é que a população quer participar ativamente das decisões, exige esclarecimentos, é suscetível a processos de conscientização, deseja criticar e expressar exatamente o que pensa.

Ressalta-se que o desenvolvimento do mundo moderno emitiu uma grande fatura a ser paga. Todos os dias assistimos ou tomamos conhecimento dos conflitos entre patrões e empregados, entre povo e governo. Existem, ainda, muitas lideranças que hesitam em divulgar informações, impedindo a comunicação entre as entidades que representam ou dirigem e o público. Não levam em conta a importância dos seus públicos e esquecem que podem utilizar as ferramentas e técnicas de relações públicas para otimizar o desenvolvimento de suas atividades, minimizando, muitas vezes, o custo e as consequências indesejáveis.

A cada dia que passa, outros fatos e desafios são incorporados à história e à formação dos profissionais de relações públicas, um campo do conhecimento que permite aos profissionais atuar de forma multidisciplinar.

Respostas aos desafios da atualidade não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto, o desenho das relações públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação nas organizações também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre o ensino e a formação docente nesse âmbito, na era digital que vivenciamos na sociedade contemporânea.

Objetiva-se com este artigo levar à reflexão sobre o atual contexto brasileiro em face do processo de globalização e do desenvolvimento tecnológico e da transformação digital em curso, com sua influência nas questões de empregabilidade,



onde a educação tem sido vista como um instrumento para a ascensão social. Assim, muitas vezes ao chegar em sala de aula os profissionais trazem o conhecimento específico de suas áreas, como é a situação das relações públicas, mas, em geral, pouco sabem acerca de um plano de ensino, objetivos, estratégias e aprendizagem, processos de avaliação, além das técnicas de relacionamento com os futuros profissionais em formação, a interdisciplinaridade, o desenvolvimento de competências e habilidades enunciadas mediante as Diretrizes Curriculares Nacionais emanadas do Ministério da Educação (MEC), entre outras questões pertinentes à área pedagógica.

São encontradas na literatura muitas abordagens e publicações sobre a temática do ensino das relações públicas no Brasil; entretanto, este artigo não pretende extinguir essas discussões, ao contrário, pretende-se oferecer uma contribuição que possa ampliar a reflexão sobre o ensino, a docência e a realidade atual do profissional em relação à empregabilidade da área no complexo contexto contemporâneo. Dessa maneira, busca-se também construir pontes entre as diferentes vertentes sobre o ensino das relações públicas no Brasil, destacando-se, de forma seletiva, as principais preocupações e conceituações de pesquisadores nessa área, em especial no que diz respeito à escolha pela docência, a formação docente e as necessidades de uma economia informacional, onde o conhecimento e a preparação para a nova realidade envolvem outras demandas, bem como atitudes inovadoras de gestão face à emergência de competências.

Para tanto, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica com o apoio dos princípios de Marina Marconi e Eva Maria Lakatos (2013), Christian Lavelle e Jean Dionne (1999) e Antonio Carlos Gil (1999), sendo abordados documentos impressos e eletrônicos (livros, artigos de periódicos, documentos institucionais etc.) utilizando-se a busca em bases de dados (SciELO, Web of Science, Library and Information Science Abstracts (LISA), Education Resources Information Center (Eric), BRAPCI-Ibict, Portal de periódicos – Capes, mediante o uso de palavras-chave (competência em informação, competência midiática, *core competence, skills, information literacy, media literacy, alfabetización informacional, ensino superior, formação de professores, relações públicas, teacher training, higher education, public relations*).

Os textos, selecionados e identificados *a priori* nos últimos cinco anos foram analisados sob os aspectos da pertinência e relevância para os objetivos da pesquisa de natureza exploratória e qualitativa desenvolvida, obtendo-se *corpus* seletivo e representativo, o que permitiu delinear e contribuir para a descrição e reflexão sobre os principais elementos que compõem o cenário que envolve a formação docente para a área de relações públicas no Brasil.

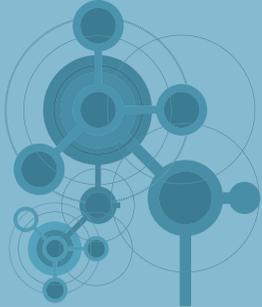
FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TRAJETÓRIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA

A formação do profissional de relações públicas já foi extensamente estudada e discutida por pesquisadores da área, seja nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, seja nos congressos e encontros de estudiosos. Destaca-se que, não sendo objetivo deste artigo retomar todos os encaminhamentos e as discussões referentes a essa temática, apontam-se aspectos considerados relevantes e que podem contribuir com a formação do docente que atua nessa área.

Nesse sentido, insere-se o pensamento de Oliveira (2008, p.56) que “observa que a formação precisa preparar os egressos para o que eles enfrentarão realmente na esfera profissional”. A autora apresenta uma visão intermediária, que entende uma formação equilibrada entre aspectos científicos e profissionais:

A universidade tem de se preocupar com a preparação de profissionais para atuarem no mundo do trabalho, mas nunca na perspectiva de adestramento, que reforça a ideia de formação referendada pela repetição do que já é praticado. (...) Sua contribuição é mais significativa, no sentido de construir estratégias que facilitem aos estudantes enfrentar as mudanças e desafios no decorrer de sua vida pessoal e profissional (OLIVEIRA, 2008, p.56).

Complementando o exposto, as instituições de ensino superior públicas e privadas que oferecem os cursos de relações públicas necessitam disponibilizar e desenvolver estratégias que coloquem o profissional em destaque. Valmor Rhoden e Juliana Rhoden (2017, p.4) salientam que



as relações públicas, no cenário digital, tornam-se importantes para uma maior efetivação interativa entre sociedade e organizações (não-governamentais, privadas ou públicas), de modo a propiciar novos fluxos e trocas de informações entre as instituições e os seus públicos. E tal cenário, então, motiva a necessidade de pesquisas relacionadas à formação docente nessa área.

Entretanto, sabe-se que as dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino para implementar atualizações, especificamente voltadas para o cenário digital, que possam contribuir para a formação do profissional de relações públicas, independentemente da área em que vai atuar, tem possibilitado que “outras áreas do conhecimento ocupem espaços que poderiam ser assumidos por Relações Públicas” (RHODEN, V.; RHODEN, J., 2017, p. 5).

No que diz respeito ao currículo e projeto pedagógico do curso, a pesquisadora Cicilia Peruzzo (2003, p. 132) recomenda:

Cuidado com as habilidades e as competências propostas, compreendendo sua importância e elencando a fundamentação para cada uma delas: 1. O currículo: é aconselhável que ele tenha espaços flexíveis para atividades diferenciadas – para além das ações formais em sala de aula – e complementares às aulas expositivas e livros didáticos. Quanto à flexibilidade, é recomendável que uma parte das atividades curriculares possa ser desenvolvida na forma de projetos especiais de extensão e de pesquisa, possibilitando ultrapassar os muros do espaço universitário. Atividades complementares seriam, por exemplo: uso do rádio na escola e/ou na comunidade, engajamento em projetos de pesquisa de iniciação científica e em projetos de leitura, assessoria de comunicação a entidades sociais sem fins lucrativos, etc. 2. Projeto pedagógico: a estrutura curricular é apenas uma parte de uma proposta mais ampla de curso que é expressa no projeto pedagógico, o qual contempla os princípios pedagógico-filosóficos, traça o perfil almejado do graduado, levanta as características do contexto onde a instituição se localiza, elenca as características requeridas das relações públicas do docente e traça parâmetros didático-pedagógicos e de infraestrutura (laboratórios, biblioteca, etc.).

O posicionamento apresentado pela estudiosa é extremamente pertinente e indica a necessidade premente de os cursos de relações públicas implementarem ações que capacitem os profissionais para as funções e atividades do mundo do trabalho.

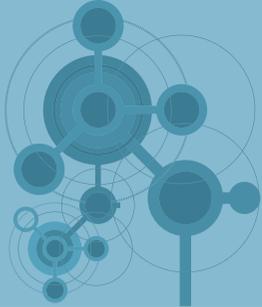
É indiscutível que os cursos de relações públicas deveriam proporcionar uma formação ampla ao ensino de relações públicas. Para a pesquisadora Ivone de Lourdes Oliveira (2008, p.59),

[a área] de relações públicas estuda os processos de interação e mediação das organizações e sua interlocução com a sociedade; o campo da comunicação com suas características transdisciplinar e multifacetada; a complexidade da sociedade e suas interferências no campo da comunicação organizacional; as interfaces das relações públicas com outros campos do conhecimento; a inovação e a flexibilidade exigidas pela realidade contemporânea; a dimensão estratégica de relações públicas no contexto organizacional; a dimensão política de relações públicas, compreendendo as diferenças e divergências que interferem na dinâmica organizacional, estimulando a negociação e a interação dialógica; o fortalecimento da formação humanística e as práticas investigativas, através da iniciação científica na graduação para valorizar a postura crítica dos futuros profissionais.

Em seu posicionamento, Oliveira (2008) destaca a importância das práticas investigativas na iniciação científica e na graduação para valorizar a postura crítica dos futuros profissionais. É evidente que o universitário que desenvolve essas práticas, certamente, dará continuidade aos seus estudos em programas de mestrado e doutorado que visam capacitar os futuros docentes para o exercício dessa função. Mas será que os programas *stricto sensu* da área de comunicação contemplam atividades de caráter pedagógico em suas disciplinas?

V. Rhoden e J. Rhoden (2017, p. 7) entendem “que os desafios postos para a área de relações públicas como profissão e a preocupação com a formação acadêmica dos profissionais em meio a tantas e significativas mudanças sugerem a necessidade de se pensar a relação teórico-prática como balizadora”. Um dos desafios é preparar os profissionais para que tenham uma atuação crítica e humanizada frente à inexistência de políticas que possibilitem aos relações-públicas utilização adequada das tecnologias digitais de informação e comunicação.

A preocupação deste artigo está voltada para a formação que o profissional recebe nas instituições de ensino e, ao mesmo tempo, apresenta reflexões sobre a formação continuada do docente para assumir essa função.



Considera-se que a educação é ponto estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Assim, o docente, como um agente desse processo, não pode prescindir do conhecimento científico, seja pela via de aquisição, geração e compartilhamento.

No Brasil, a LDB nº 9.394/96 trouxe consigo uma nova visão com relação a questões como a formação de professores, o trabalho do docente e o conhecimento no ensino. Esse conhecimento deixou de ser imutável e passou a ser considerado como uma construção do próprio ser humano interagindo com o meio ambiente. Desse modo, deve ser utilizada a racionalidade prática, modelo educacional proposto na atualidade, considerando-se o ambiente onde a reflexão é vista como a variável indispensável. Ser docente na área de relações públicas não é apenas aprender um aparato técnico para a transmissão de determinado conhecimento, mas, sim, vivenciar situações-problema que contribuam para essa prática reflexiva, apoiada na formação integral do aluno, sua história e seu contexto. Ressaltem-se Selma G. Pimenta e Evandro Ghedin (2002, p.19), que defendem no meio educacional o modelo de formação de docentes baseado na reflexão e em uma “epistemologia da prática, ou seja, na valorização da prática profissional como momento de construção de conhecimento, através da reflexão, análise e problematização desta”.

Na sociedade contemporânea, o docente de relações públicas ainda precisa empregar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e mídias inovadoras, porém, bastante complexas e mutantes para o enriquecimento do ambiente educacional, conforme já argumentava Pierre Lévy (1999). Para dar conta dessa inserção são solicitados novos saberes e competência para lidar de forma inteligente e crítica com a informação a fim de construir conhecimento e aplicá-lo à realidade em que se insere, além de grande adaptabilidade e capacidade de iniciativa.

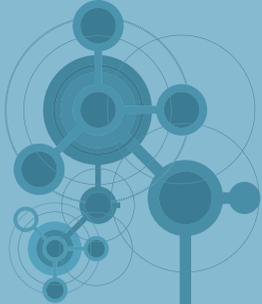
Registre-se, pela importância para a compreensão do que ocorre no nosso contexto sobre a temática em foco, a “Pesquisa nacional dos cursos de relações públicas no Brasil: práticas dos coordenadores e docentes no processo ensino-aprendizagem”, realizada por Maria Aparecida Ferrari (2017), cujo objetivo foi identificar o perfil e as práticas dessa área, sendo que alcançou 80% do universo de 53 coordenadores e 255 docentes de instituições privadas e públicas. O principal resultado demonstrou que as práticas de ensino-aprendizagem utilizadas pelos docentes ainda podem ser consideradas como sendo muito tradicionais e que encontram barreiras para promover o protagonismo e a autonomia necessários para os profissionais no mundo atual. A pergunta que surge é: será possível mudar esse cenário?

Essa pergunta leva à reflexão sobre o atual e grande desafio no ensino superior da área de relações públicas, que reside em dois aspectos: é preciso responder às necessidades de preparar as pessoas para se inserirem no mundo dos saberes e das técnicas em contínuas e ágeis mudanças; e formá-las para viver no mundo de permanente crises de valores. Isso nos leva às questões da competência no mundo da educação e, em especial, na área em foco.

Competência: o que é e por que precisamos refletir sobre ela falando em relações públicas?

A partir dos anos 1980 as reformas da educação são implementadas praticamente em todos os países ocidentais, buscando fazer frente a duas vertentes desafiantes: responder à necessidade de preparar as pessoas para se inserirem no mundo do conhecimento e de saberes e técnicas em contínua mudança; e educá-las para viver em um mundo em permanente crise de valores. Isso trouxe consigo modificação no conceito de competência, associando-o ao conceito de habilidade, a fim de designar o espírito da nova educação que se busca. Desse modo, a aprendizagem de competências/habilidades passa a constituir um dos principais eixos da educação para o século XXI, sendo que nos anos 1990 houve, ainda, a agregação ao conceito de competência de dois componentes importantes: o saber fazer e a ética.

São múltiplas as conceituações para a competência, mas, vamos nos ater à concepção de Philippe Perrenoud (2000, p.15), sociólogo da educação, que a considera como “a capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação”. Já no âmbito organizacional, encontramos Afonso Fleury e Maria Tereza L. Fleury (2000, p.21-22), que destacam ser a competência “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir

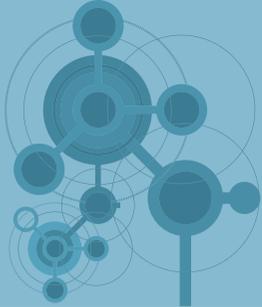


conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. Assim, esses autores observam o mesmo conceito para competência, uma vez que a consideram como a mobilização dos diversos recursos humanos e sua aplicação à solução de determinada demanda, ocorrendo em situações singulares, mesmo que haja similaridades anteriores. Além disso, consideram que o exercício da competência passa por operações mentais complexas e que devem ser entendidas como esquemas de pensamento que permitem determinar de forma mais ou menos rápida, porém eficaz, qual a ação mais adequada para enfrentar uma situação nova e complexa. Guy Le Boterf (2003) menciona que os profissionais necessitam de competências na utilização e combinação de vários saberes e qualidades, interagindo com suas aptidões e recursos fisiológicos e emocionais, aplicáveis à área de relações públicas. Isso envolve, em síntese: *saberes teóricos* – compreensão e descrição dos procedimentos, das normas, das leis etc.; além de direcionar a ação e o conhecimento, podem ser transmitidos por meio da linguagem natural ou simbólica, formalizando esse conhecimento e preparando o profissional no uso dos saberes técnicos atrelados à prática; *saberes do ambiente* – intervenção e ação dos profissionais no ambiente, lançando mão de um conjunto de saberes aplicáveis ao contexto e à realidade social; *saberes procedimentais* – regras para proceder ou agir, visando à descrição de instruções para ação futura de maneira explícita, podendo ser utilizados individual ou coletivamente; *saber-fazer formalizados* – condutas, métodos e instrumentos formalizados; o profissional aplica na prática o conhecimento obtido no domínio dos instrumentos, uso da sua habilidade e capacidade para desempenhar corretamente suas atividades; *saber-fazer empíricos* – ações desempenhadas na prática, intermediadas por experiências e aprendizagens vividas, em que os indivíduos foram adquirindo e acumulando esse conhecimento, resultando no conhecimento empírico ou tácito; *saber-fazer cognitivos* – ações implícitas e interiorizadas pelos indivíduos, além da sua capacidade intelectual e de sua interação com o ambiente ou meio que proporcionou a construção, dedução, indução e condicionamento registrado na memória, de modo que determinado comportamento se manifesta; *saber-fazer relacionais* – solução de problemas, interagindo com operações mentais, pensamento racional, linguagem natural e simbólica que gere o comportamento; *aptidões ou qualidades* – caracterizadas como competências comportamentais, tais como a força para convencer, curiosidade para alcançar informações, pró-atividade e outros – identificar tais qualidades que esse indivíduo possui no contexto profissional vai além do saber-fazer, implicando o saber ser; *recursos emocionais* – a capacidade e habilidade individuais estão atreladas à capacidade emocional; *recursos do meio* – utilizados pelo indivíduo para construir sua competência, como tecnologias, equipamentos, redes e outros, gerando informação e conhecimento.

Vale lembrar que quase sempre a palavra competência vem acompanhada de outra: habilidade. Para Vasco P. Moretto (1999), as habilidades estão associadas ao “saber fazer”: ação física ou mental, que indica a capacidade adquirida. As habilidades referem-se, portanto, a um saber aprender, saber-fazer e saber proceder (em termos de valores), sendo diretamente observáveis em termos comportamentais. Desse modo, um conjunto de habilidades articuladas e direcionadas ao agir que visa a uma solução para uma determinada situação, constituem uma competência. Tais conceitos aplicam-se, certamente, à área de relações públicas no que diz respeito à formação para a docência na era da comunicação digital.

As relações públicas na comunicação digital caracterizam-se: “pela atividade de mediação e/ou interação por parte de organizações com seus públicos na rede mundial de computadores, especialmente, no que diz respeito às expressões e manifestações desses nas mídias sociais” (TERRA, 2010, p.101). As TICs invadiram o espaço da atividade de relações públicas e modificaram a relação entre comunicadores e o público. O poder de comunicar que antes estava restrito aos grandes grupos de mídia e aos conglomerados corporativos, passa também para as mãos do público. Assim, planejar, executar e avaliar ações de comunicação institucional, práticas atribuídas às relações públicas, se tornam mais complexas devido à mediatização das relações sociais e às novas formas de relacionamento proporcionadas pelas tecnologias digitais, que permitem a interação direta com os públicos, agora fundada no diálogo, na troca de informações, conhecimentos e saberes, e que constitui o *ethos* dos novos ambientes digitais.

Em decorrência desse cenário, o professor, na esfera do ensino superior, passa a ter uma grande responsabilidade – a de utilizar as TICs e as mídias como recursos para construir e compartilhar conhecimentos em sua prática docente. Para V. Rhoden e J. Rhoden (2017, p.27), “a questão central, em meio à discussão sobre o cenário digital, é a indispensável



inserção de disciplinas e propostas de atividades que contemplem as novas tecnologias na estrutura curricular dos cursos”. Marcelo P. da Silva, Ana Carolina Trindade e Jéssica de Cássia Rossi (2017, p.105) também mencionam que

para as relações públicas é fundamental compreender os desafios decorrentes dos problemas entre ensino, aprendizagem e prática – e que eles sejam apresentados – bem como as inquietudes, discutidas. Dessa maneira, será possível promover alguns avanços visando ao desenvolvimento das relações públicas enquanto atividade, profissão e docência, pois verificamos que há certa incompatibilidade e falta de equilíbrio entre os segmentos que conformam a ecologia da área no Brasil.

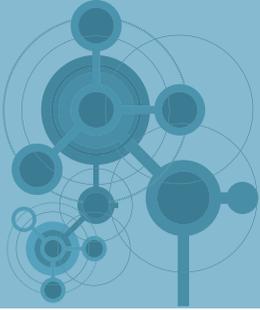
Ainda, na opinião desses autores, o modelo de ensino da comunicação social no Brasil é limitado, o que leva à necessidade de sua inovação, destacando a capacitação dos cursos e docentes para as demandas atuais, como o uso das tecnologias digitais e as novas relações sociais que o ambiente digitalizado apresenta. Muitos docentes ainda estão despreparados para utilizar as tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, não estão capacitados para preparar os futuros profissionais para a principal tendência de atuação da área.

É preciso interrogar-se sobre esse paradigma de ensino-aprendizagem, que envolve a formação da docência em relações públicas e a importância de sua adequação à nova realidade que se caracteriza por: população discente heterogênea e massificada; acessibilidade da informação; exigência do conhecimento como um bem social; requisitos da sociedade global aos saberes qualificados; necessidades de se explorarem as capacidades de trabalho individual e cooperativo para se obter conhecimento e transformá-lo em saber como derivados da assimilação de informações (ALARCÃO, 2003).

Os avanços científicos e tecnológicos dos meios de comunicação fizeram surgir uma economia baseada na informação e no conhecimento e trouxeram mudanças. O contexto educacional que hoje se apresenta sugere a necessidade de novas práticas educacionais voltadas para uma ação docente que propicie uma aprendizagem crítica e transformadora na universidade contemporânea. Isso requer um novo posicionamento docente, voltado para pressupostos básicos e uma ação reflexiva, ética, responsável e coerente com o novo contexto institucionalizado. Há necessidade de se instituírem novos cenários de aprendizagem e práticas educacionais por parte dos docentes de relações públicas, que ressaltem a importância de uma educação permanente e o aprendizado ao longo da vida, ultrapassando as barreiras da sala de aula e preparando os discentes para atuar frente à nova realidade social em que se inserem.

Dentre as competências que têm se mostrado relevantes à formação do docente para todas as áreas do conhecimento, aplicáveis às relações públicas, em razão de sua transversalidade e da existência de uma economia informacional, destaca-se a *competência em informação* e suas vertentes (competência midiática, competência digital, competência científica, além de outras). Considera-se sua importância porque toda situação de ensino-aprendizagem é uma situação informacional que requer, inicialmente, a identificação e a análise sistemática de dados envolvidos, sendo que a sala de aula deve ser um *locus* de produção do conhecimento a fim de permitir a formulação de juízo crítico da realidade, o que a educação reflexiva preconiza. A produção, a transferência, o acesso e a utilização da informação dependem dos requisitos cognitivos dos indivíduos e do contexto social; assim, as pessoas necessitam de condições para receber a informação e transformá-la em conhecimento (BARRETO, 1994).

A *competência em informação* (CoInfo) tem sua origem nos anos 1970 com Paul Zurkowski (1974), responsável por criar a terminologia *information literacy*. Para ele, nem todas as pessoas são alfabetizadas e capacitadas no sentido de suprir sua necessidade de informação, ressaltando a importância da *information literate* para o desenvolvimento das habilidades no acesso e uso dos recursos informacionais para aquisição das informações, resultando em base para soluções econômicas e geração de riqueza do país (NATIONAL..., 2014). Em 2000, a Association for College and Research Libraries (ACRL, 2000) elaborou o documento intitulado *Information literacy standards for higher education*, com foco em competência educacional para estudantes de nível superior na cidade de San Diego (TE), com normas e padrões de competência, utilizando o termo *information literate*, que também se reportava às habilidades individuais, que deveriam ser usadas não apenas na área educacional, mas também pela sociedade e outros profissionais:



Information literate está relacionada com habilidades de tecnologia da informação, mas tem implicações mais amplas para o indivíduo, para o sistema educacional e para a sociedade. Habilidades tecnológicas da informação permitem que um indivíduo possa utilizar os computadores, aplicativos de *software*, bancos de dados e outras tecnologias para alcançar uma grande variedade de informações com objetivos acadêmicos, relacionados ao trabalho e pessoais (ACRL, 2000, p. 4, tradução nossa).

Existem situações desafiadoras que podem tornar o desenvolvimento da competência em informação (CoInfo) um fator de preocupação para todos, conforme se destaca:

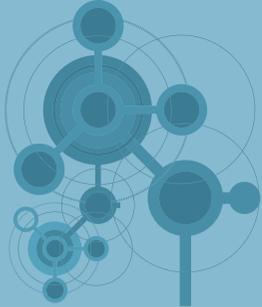
- Desconhecimento sobre as questões que envolvem a competência em informação e sua relação com os pilares da educação para o século XXI e o direito universal de acesso à informação, presentes em manifestos da Unesco e em políticas públicas nacionais e mundiais.
- Necessidade de sensibilização dos gestores públicos e de instituições privadas para a importância do desenvolvimento da competência em informação como parte integrante de uma ambiência de expressão e construção individual e coletiva e sua relação com o exercício da cidadania e com o aprendizado ao longo da vida.
- Criação e implantação de programas de desenvolvimento da competência em informação, apoiados na formação de comunidades de aprendizagem, que possam estar atuando com efetividade na utilização de modelos de educação tradicionais e inovadores (BELLUZZO, 2013, p.78).

Acredita-se ser recomendável o conhecimento das bases educacionais voltadas ao desenvolvimento da CoInfo, considerando-se que os docentes de relações públicas precisam dominar essa competência para auxiliar na construção de conhecimento, no manuseio efetivo das fontes de informação, das bases de dados e das TICs.

Uribe Tirado (2009) contribuiu com uma definição sobre a CoInfo de forma abrangente, demonstrando porque essa competência está relacionada a outras áreas do conhecimento. Assim, destacam-se suas afirmações:

O processo de ensino-aprendizagem que busca que um indivíduo e seu coletivo (...) empregando diferentes estratégias de ensino e ambientes de aprendizagem (modalidade presencial, virtual ou mixta – *blend learning*), alcance as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) digitais, comunicacionais e informacionais, de forma que lhes permitam, depois de identificar suas necessidades informacionais, utilizando diferentes formatos, meios e recursos físicos, eletrônicos ou digitais, poder localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar (comportamento informacional) adequada e eficientemente essa informação, com uma posição crítica e ética, a partir de suas potencialidades (cognitivas, práticas e afetivas) e conhecimentos prévios (outras competências), e alcançar uma interação apropriada com outros indivíduos e grupos (prática cultural/inclusão social), de acordo com os diferentes papéis e contextos que assume (níveis de ensino, pesquisa, desempenho de trabalho ou profissional) e, finalmente, com todo esse processo, alcançar e compartilhar novos conhecimentos e ter as bases para o aprendizado ao longo da vida (*lifelong learning*) para benefício pessoal, organizacional, comunitário e social (URIBE TIRADO, 2009, p. 12).

Elisabeth Dudziak (2003) promove concepções acerca dos níveis de complexidade que envolvem a CoInfo, sintetizados conforme segue: *concepção ou nível da informação – ênfase na tecnologia da informação* – o aprendizado e conhecimento ocorrem pelo desenvolvimento das habilidades voltadas ao manuseio das ferramentas tecnológicas e de sistemas, garantindo amparo na busca e acesso à informação; *concepção ou nível de conhecimento – ênfase nos processos cognitivos* – o indivíduo compreende a informação, mediante a associação com experiências e crenças construídas por meio da percepção e do significado no decorrer de seu aprendizado pessoal, o que envolve o uso, a interpretação e busca de significados, na perspectiva da era digital; *concepção ou nível da inteligência – ênfase no aprendizado ao longo da vida*, uma vez que a CoInfo implica em habilidades, conhecimento, valores individuais, sociais e contexto situacional que interagem e resultam em mudanças de comportamentos, determinando o aprendizado. Portanto, o indivíduo que aprende deve ser o autor na construção de seus conhecimentos e usuário no processo de aquisição de informações, uso das fontes e bases de dados, ferramentas das TICs e mídias inovadoras e aprendiz a vida toda, mediado pelo docente, que propicia o aporte necessário para todo esse processo. No entanto, o que se observa, de modo geral, conforme abordam Joano G. de Aguiar e Paulo Rogério M. Correia (2019, p.4) é a situação em que



o professor, ao adotar uma abordagem centrada “naquilo que eu já sei e o que funciona para mim”, seleciona a informação que considera essencial para transmitir sua visão de ensino e, seletivamente, ignora o restante dos conteúdos e valores. O impacto dessa abordagem pode ser visto na formação do aluno, estruturada como uma cadeia linear de processo, o qual reforça a memorização em vez da aprendizagem profunda necessária ao futuro profissional.

Mas, primeiramente, a docência depende do conhecimento do conteúdo disciplinar (*content knowledge*) e implica a integração entre conhecimento especializado e conteúdo pedagógico do conhecimento (*pedagogic content knowledge – PCK*), ou seja, saber ensinar os conteúdos disciplinares (FERNANDEZ, 2014). Para tanto, há necessidade da adoção de metodologias ativas e inovadoras por parte dos docentes de relações públicas, tendo em vista que, com as mudanças globais, o avanço das tecnologias, o acesso à informação e a construção do conhecimento, faz-se necessária uma inovação no ensino para motivar e instigar o interesse dos estudantes universitários em aprender. Nesse sentido, é necessário planejar essas novas metodologias, de acordo com o avanço da tecnologia e da modernidade, pensando nas possibilidades de estratégias para ensinar. Joe Tidd, John Bessant e Keith Pavitt (2008) apontam que, ao se falar em práticas inovadoras, deve-se considerar que estas passam pelo repensar a visão sobre a realidade atual, para o novo, e, principalmente, para o que ainda não foi pensado.

Para Manisha Sharma (2017), nesta era digital, um professor agrega novas responsabilidades quanto ao acompanhamento das mudanças tecnológicas e nos ambientes de ensino-aprendizagem. A habilidade principal compreende como encontrar, analisar, avaliar, usar e disseminar informações, em contexto específico de conhecimentos, o que se faz necessário em um mundo digitalizado. Ainda, vale ressaltar o que mencionou Iannone (2016) sobre a importância de utilizar recursos didáticos voltados à reflexão, à criatividade, ao compartilhamento, à solução de problemas e ao desenvolvimento de projetos, tais como: aula invertida e aprendizagem ativa.

Nesse sentido, talvez seja oportuna a recomendação de Carolyn Wilson *et al.* (2013, p.17) publicada em obra apoiada pela Unesco, onde se lê:

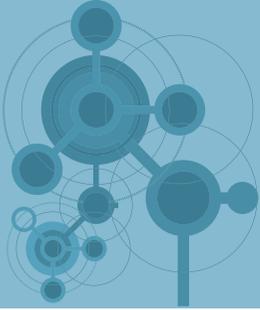
O trabalho inicial com professores é a estratégia central para se alcançar um efeito multiplicador: de professores alfabetizados em termos informacionais para seus alunos, e, eventualmente, para a sociedade em geral. Os professores alfabetizados em conhecimentos e habilidades midiáticas e informacionais terão capacidades aprimoradas de empoderar os alunos em relação ao aprender a aprender, a aprender de forma autônoma e a buscar a educação continuada. Educando os alunos para alfabetizarem-se em mídia e informação, os professores estariam respondendo, em primeiro lugar, a seu papel como defensores de uma cidadania bem informada e racional; e, em segundo lugar, estariam respondendo a mudanças em seu papel de educadores, uma vez que o ensino desloca seu foco central da figura do professor para a figura do aprendiz.

Destaca-se que não existiu a intenção de esgotar esse tema para a área de relações públicas, no que diz respeito especialmente à formação para a docência, mas, certamente, apresentar um cenário que possa levar à reflexão e ao questionamento acerca das fragilidades a que estão sujeitos aqueles que se dedicam à arte e à ciência de ensinar e contribuir para projetar caminhos que auxiliem na sua transformação em futuro próximo em fortalezas no contexto nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a formação docente na área de relações públicas, no Brasil, apresenta necessidades de revisão e de mobilização para mudanças e inovações sob a ótica das demandas para novas competências e habilidades que são importantes para que o docente compreenda e internalize as mudanças sociais em curso, em especial no que se refere à sociedade cuja economia está balizada na informação, no conhecimento e na transformação digital.

Finalizando, salienta-se que mediante o quadro que se configurou com as reflexões e o cenário apresentados, acredita-se que o desafio de envolver novas competências na formação docente em relações públicas na sociedade que se vivencia e o seu enfrentamento demandam uma visão sistêmica sócio situada, envolvendo basicamente o que segue:



- Em nível da sociedade, apoiado na existência de políticas públicas para reduzir as desproporcionalidades no acesso e uso da informação de forma inteligente para a construção do conhecimento e sua aplicação às realidades existentes;
- Em nível formal, ou seja, caracterizado por ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, sendo metodicamente organizados, seguindo um currículo dividido em disciplinas, regras, leis, idade e níveis de conhecimento, a educação em relações públicas precisa formar docentes com a competência necessária para atender às demandas de novas práticas pedagógicas (sala de aula invertida e aprendizagem ativa) a fim de educar para/com o uso e a apropriação de tecnologia e de mídias inovadoras, essencial para a multiplicação junto aos discentes das habilidades necessárias como garantia do direito universal à informação, à liberdade de expressão e de compartilhamento.
- Em nível técnico-profissional, compreendendo os processos de compartilhamento de experiências, de informação e conhecimento, principalmente em espaços e ações coletivas e cotidianas criando ambientes e sistemas que possam apoiar a constituição de uma cultura digital e da informação onde as partes sejam produtoras de conhecimento com ética e legalidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jona Guilares de; CORREIA, Paulo Rogério Miranda. Um novo olhar sobre a vida acadêmica: estudo de caso sobre as concepções de docentes. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, e193301, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e193301.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

ACRL – Association for college and research libraries. *Information literacy competency standards for higher education: standards, performance, indicators, and outcomes*. Chicago, IL: American Library Association, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/standards.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

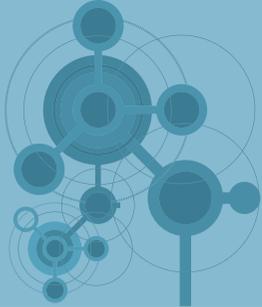
BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, v. 8, n. 4, p.1-10, 1994.

BELLUZZO, Regina C. Baptista. Competência em informação: vivências e aprendizado. In: BELLUZZO, Regina C. Baptista; FERES, Glória Georges. (orgs.). *Competência em informação: de reflexões às lições aprendidas*. São Paulo, SP: Febab, 2013. p. 65-80.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/123/104>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

FERNANDEZ, Carmen. Knowledge base for teaching and pedagogical content knowledge (PCK): some useful models and implications for teachers' training. *Problems of Education in the 21st Century*. Vilnius, Lituânia, v. 60, p. 79-100, 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/33c6/110f78bbd2c5afd6ab679c86def4e79df10f.pdf?_ga=2.11868724.1494115262.1582141044-1526008551.1579729274>. Acesso em: 17 fev. 2020.

FERRARI, Maria Aparecida. Pesquisa nacional dos cursos de relações públicas no Brasil: práticas dos coordenadores e docentes no processo de ensino-aprendizagem. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, v. 7, n.14, p. 43-62, 2017. Disponível em: <http://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrelaciones_publicasp/article/view/488/280>. Acesso em: 17 fev. 2020.



FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. *Estratégias empresariais e formação de competências*. São Paulo, SP: Atlas, 2000.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

IANNONE, Leila Rentroia; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; VALENTE, José Armando. Pesquisa TIC Educação: da inclusão para a cultura digital. In: *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2015*. São Paulo, SP: Comitê Gestor da Internet no Brasil, p. 55-67, 2016. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Edu_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

LAVILLE; Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre, RS: Artmed; Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1999.

LE BOTERF, Guy. *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo, SP: Editora 34, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

MORETTO, Vasco Pedro *Construtivismo: a produção do conhecimento em aula*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 1999.

NATIONAL FORUM ON INFORMATION LITERACY. What is the NFIL? 2014. Disponível em: <<http://infolit.org/about-the-nfil/what-is-the-nfil/>>. Acesso: 16 fev. 2020.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Formação acadêmico-profissional em ambiente de mudanças: desafios pedagógicos. In: MOREIRA, Sonia Virgínia.; VIEIRA, João Pedro Dias (orgs.). *Comunicação: ensino e pesquisa*. Rio de Janeiro, RJ: Eduerj, 2008. p.56-59.

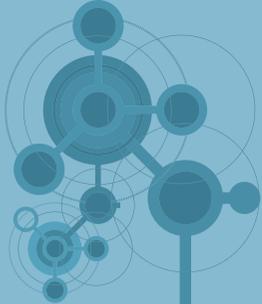
PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.

PERUZZO, Cicilia. M. Krohling. Tópicos sobre o ensino de comunicação no Brasil. In: PERUZZO, Cicilia M. Krohling; SILVA, Robson Bastos da Silva. *Retrato do ensino em comunicação no Brasil*. São Paulo, SP: Intercom; Taubaté, SP: Unitau, 2003. p. 119-135.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

RHODEN, Valmor; RHODEN, Juliana L. Moreira. A formação docente para o cenário digital no ensino superior de relações públicas no Brasil. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, v. 7, n.14, p. 23-42, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6235736>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SHARMA, Manisha. Teacher in a digital era. *Global Journal of Computer Science and Technology: G Interdisciplinary*, v. 17, n. 3, version 1.0, 2017. Disponível em: <https://globaljournals.org/GJCST_Volume17/2-Teacher-in-a-Digital-Era.pdf>. Acesso em: 16 fev.2020.



SILVA, Marcelo Pereira da; TRINDADE, Ana Carolina; ROSSI, Jéssica de Cássia. Desafios para a atividade de relações públicas no mundo contemporâneo: pesquisa de opinião com profissionais do Estado de São Paulo. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, v. 7, n.14, p. 103-124, 2017. Disponível em: <<http://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrelacionespublicasp/article/view/486/282>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

TERRA, Carolina Frazon. Relações públicas 2.0: novo campo de atuação para área. In: CHAMUSCA, Marcello; CARVALHAL, Márcia (orgs.). *Relações públicas digitais: o pensamento nacional sobre o processo de relações públicas interfaceado pelas tecnologias digitais*. Ed. VNI 2010. Disponível em: <<http://www.relacoespublicas-bahia.com.br/biblioteca/e-books/relacoespublicasdigitais-chamusca-carvalhal.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. *Gestão da inovação*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2008.

URIBE TIRADO, A. Interrelaciones entre veinte definiciones-descripciones del concepto de alfabetización en información: propuesta de macro-definición. *ACIMED*, v. 20, n. 4, p. 1-22, 2009.

WILSON, Carolyn *et al.* *Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores*. Brasília, DF: Unesco, 2013.

ZURKOWSKI, Paul G. *The information service environment relationships and priorities: report 5*. Washington, D.C.: National Commission on Libraries and Information Science, nov. 1974. Disponível em: <<http://infolit.org/paul-gzurkowski/>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Artigo recebido em 28.02.2020 e aprovado em 13.03.2020.